



## RELATIVIZAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE: EQUILÍBRIO ENTRE EFETIVIDADE E GARANTIAS INDIVIDUAIS.

Roberto Neto  
Murilo de Camargo  
João Rafael

### Resumo

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do AgRg no AREsp 2153167, decidiu absolver um acusado por tráfico de drogas em decorrência da ausência de produção probatória em contraditório judicial. Apesar de terem ocorrido declarações das testemunhas policiais perante a autoridade da polícia judiciária, as quais, inclusive, foram confirmadas com suas assinaturas no termo de depoimento, a corte do STJ não considerou válidas as provas apresentadas, pois não seria admissível a condenação fundada exclusivamente em elementos de informação colhidos durante a fase pré-processual. Sob o prisma interno, considerando o caráter administrativo da autoridade policial, a decisão judicial coloca em xeque a presunção de legitimidade do ato administrativo conduzido. Para uma melhor compreensão dessa problemática, é necessário entender os diferentes aspectos envolvidos: a questão processual penal e a questão dogmática administrativa. Segundo Aury Lopes Jr, a polícia, no âmbito do processo penal, tem a função de conduzir a fase preliminar da persecução penal. No entanto, não se pode ignorar os aspectos burocráticos presentes em sua estrutura, uma vez que devem ser observados os princípios gerais do regime jurídico-administrativo que incidem sobre sua organização. Nesse sentido, o princípio da presunção de legitimidade, a depender do caso, é necessário para convalidar os atos de seus agentes. No entanto, esse princípio também pode abrir margem para uma conduta excessivamente discricionária, motivada pela parcialidade dos agentes. Portanto, o objetivo da presente pesquisa se dá pela análise dos controles judiciais e administrativos internos existentes, buscando encontrar um ponto de equilíbrio entre a efetividade da lei e as garantias individuais. O desenvolvimento do tema ocorrerá por meio do estudo aprofundado dos princípios que norteiam o direito administrativo e processual penal, de modo a determinar a análise mais adequada de seus controles.

**Palavras-chave:** Presunção de legitimidade; processo penal; polícia judiciária; controle judicial; direito administrativo e fase pré-processual.